



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 7, v. I | maio.-out. 2017
p. 388-404.

Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: apostas feministas e *queer*

Mariana Ferreira Pombo¹

RESUMO: Este artigo pretende problematizar a noção de binarismo sexual e de gênero na contemporaneidade, noção que parece insuficiente para o entendimento de novas subjetividades, sexualidades e arranjos familiares. Seguindo a premissa foucaultiana sobre a historicidade da subjetividade e dos discursos, será proposto um percurso com quatro autoras, feministas e *queer*, que desconstroem o sistema sexual binário e apresentam estratégias para subvertê-lo: Judith Butler, Monique Wittig, Gayle Rubin e Paul B. Preciado.

PALAVRAS-CHAVE: binarismo sexual e de gênero; paródias de gênero; sociedade lésbica; sociedade andrógena; multidões *queer*.

Abstract: This article aims to examine the notion of sexual and gender binarism in the contemporaneity, notion which seems insufficient to the comprehension of new subjectivities, sexualities and familiar arrangements. Following Foucault's premise about the historicity of the subjectivity and the speeches, it is proposed a trajectory with four feminists and *queer* authors who deconstruct the binary sexual system and present strategies to subvert: Judith Butler, Monique Wittig, Gayle Rubin and Paul B. Preciado.

Keywords: sexual and gender binarism; gender parody; lesbian society; androgynous society; *queer* multitudes.

Resumén: Este artículo pretende problematizar la noción de binarismo sexual y de género en la contemporaneidad, noción que parece insuficiente para la comprensión de las nuevas subjetividades, sexualidades y composiciones familiares. Siguiendo la premisa de Foucault acerca de la historicidad de la subjetividad y de los discursos, será propuesto un recorrido con cuatro autoras, feministas y *queer*, que desconstruyen el sistema sexual binario y presentan estrategias para subvertirlo: Judith Butler, Monique Wittig, Gayle Rubin y Paul B. Preciado.

Palabras clave: binarismo sexual y de género; parodias de género; sociedad lesbiana; sociedad andrógina; multitudes *queer*.

¹ Possui graduação em Psicologia (2012) e em Comunicação Social (2007), mestrado em Comunicação e Cultura (2011) e doutorado em Teoria Psicanalítica (2016) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com período sanduíche na École Doctorale Recherches en Psychanalyse et Psychopathologie, da Université Paris Diderot (Paris 7). E-mail: marifpombo@gmail.com

Recebido em 24/03/17
Aceito em 29/04/17

1. Introdução

A experiência da sexualidade, as práticas sexuais, os modos de relacionamento e as estruturas familiares passam por transformações consideráveis nos últimos 50 anos. Cada vez mais os indivíduos são encorajados a escolher livremente como viver a sua sexualidade e o tipo de relação ou família que desejam construir. Temáticas como a transexualidade, as sexualidades *queer*, as famílias mono, multi e homoparentais² ocupam a cena contemporânea e levantam uma série de questões sobre as novas relações de sexo e de gênero, os lugares do homem e da mulher na sociedade e na família, e, sobretudo, a divisão binária da sexualidade.

E é justamente sobre esse binarismo sexual e de gênero que vem sendo denunciado como já ultrapassado que este artigo irá tratar – na direção de desconstruí-lo e subvertê-lo, como já indica o seu título. Os novos arranjos da sexualidade e da família trazem à tona em nossa cultura atual a insuficiência do modelo binário e hierárquico de diferença sexual, que já não dá conta do entendimento e do acolhimento das subjetividades e identidades contemporâneas.

Partindo-se aqui do pressuposto foucaultiano de historicidade da subjetividade e dos discursos (FOUCAULT, 1969, 1979, 1983), entende-se que o modelo do binarismo sexual é apenas um entre outros possíveis para a compreensão das formas de subjetivação atuais, complexas e diversas. Novas teorias, ideias e reflexões são possíveis, e necessárias.

O objetivo deste trabalho então é o de expor e articular saberes subversivos, de teóricas feministas e *queer*³, que propõem desconstruções do binarismo sexual e de gênero, de modo a acolher e positivar o que surge de novo no campo das sexualidades e dos desejos e é muitas vezes visto como desviante ou ininteligível. Trata-se de novas narrativas que lutam contra os efeitos de poder e de

² As famílias monoparentais se referem à criação da criança por um único adulto, mãe ou pai, que pode ser biológico ou adotivo. As multiparentais ou pluriparentais são configurações nas quais a criança é criada por mais de dois adultos, seja em famílias recompostas após um divórcio, seja por arranjos diversos possibilitados pela procriação artificial (duas mães e um pai, duas mães e dois pais, dois pais e uma mãe). Já as homoparentais são aquelas em que a criança é criada por pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual. Elas podem se originar depois do rompimento de uma ligação heterossexual anterior ou a partir da adoção, do acesso à reprodução assistida ou à “barriga de aluguel” (no caso de homens gays).

³ A teoria *queer* é um conjunto de estudos e enunciados, de vários autores, sobre a construção social da sexualidade e do gênero, com forte influência de Foucault. A teoria *queer* faz uma crítica radical das identidades sexuais tidas como essências imutáveis. Devido à sua postura anti-identitária e anti-universalista, muitas vezes ela se posiciona de maneira divergente em relação a alguns teóricos gays e feministas que reivindicam igualdade de direitos e maior inclusão social da homossexualidade. A importância do uso do termo *queer* está na reapropriação que se fez dele. Inicialmente utilizado de modo pejorativo e como insulto a homossexuais, *queer* foi positivado e ressignificado por seus teóricos, passando a ser usado para descrever práticas subversivas, que se colocam contra as normas sexuais dominantes, sobretudo a da heterossexualidade.



produção de subjetividade de discursos que, ao se pretenderem os únicos possíveis para dar conta da singularidade da cultura contemporânea, legitimam atitudes excludentes e discriminatórias.

Começaremos nosso percurso subversivo com Judith Butler. Veremos a desconstrução proposta pela autora *queer* dos conceitos de identidade de gênero e de sexo, e sua aposta nas paródias de gênero enquanto potência desestabilizadora e perturbadora dessas categorias e da heterossexualidade compulsória, naturalizadas na cultura. Em seguida será apresentada a alternativa subversiva da feminista Monique Wittig: a lesbianidade como possibilidade de se situar fora do sistema sexual binário. Depois, seguiremos com Gayle Rubin e sua proposta de uma sociedade andrógena, sem gênero. Finalizaremos com a narrativa de Paul B. Preciado⁴, que constrói uma resistência contrassexual ao binarismo sexual e ao sistema heterossexual que deve se dar no próprio corpo dos sujeitos que compõem as multidões *queer*.

Ao longo desse percurso, analisaremos ainda de que maneira as ideias dessas autoras em muitos pontos se aproximam, dialogam e complementam, enquanto em outros se afastam e criticam, levantando questões interessantes e instigantes.

2. Sexo, gênero e heterossexualidade compulsória

Em seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Judith Butler, autora da teoria *queer*, defende de que a categoria de sexo, tida em nosso imaginário social como natural e ahistórica, é uma construção social. Para chegar a esse argumento, ela realiza uma crítica ao conceito de gênero, proposto por algumas teóricas feministas como inovador e libertário em relação ao de sexo, como espécie de resposta crítica à formulação de que “a anatomia é o destino”.

Uma dessas autoras é Simone de Beauvoir, com sua famosa frase “A gente não nasce mulher, se torna mulher”. Com essa afirmação, Beauvoir defende que o sexo não causa o gênero, que o gênero não pode ser entendido como expressão ou reflexo do sexo. Ou seja, ser de um dado sexo não significaria tornar-se imediatamente de um gênero correspondente: a categoria de mulher não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, nem o homem precisa interpretar o corpo masculino. Pelo contrário, o gênero, enquanto construção variável do sexo, não se limitaria ao

⁴ Refiro-me ao autor por Paul. B Preciado, embora os textos consultados para a realização deste trabalho ainda estejam assinados por Beatriz Preciado, porque é assim que elx se autodenomina desde 2015, autodenominação já proposta como parte de sua resistência contrassexual, para desestabilizar a apropriação dos corpos como femininos ou masculinos pelo sistema heterocentrado.



binarismo do sexo. Haveria uma ampla gama de gêneros, de maneiras de interpretar e atribuir significado ao corpo sexuado.

A crítica de Butler incide justamente sobre a dicotomia que esse tipo de discurso feminista estabelece entre sexo, tido como atributo necessário e imutável que qualifica o humano, e gênero, adquirido e construído. Butler vai além da denúncia de que o gênero é uma construção e argumenta que, antes, o próprio sexo é uma construção: “o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura” (BUTLER, 1990/2013, p. 25).

A passagem acima sintetiza o argumento de Butler: o gênero é um aparato de construção cultural que estabelece o binarismo dos sexos, uma produção discursiva, para usar o vocabulário foucaultiano, cujo efeito é a produção do sexo, da diferença sexual, como uma categoria natural, pré-discursiva. É o gênero que assegura a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo. Isso significa que o corpo não é sexuado em nenhum sentido significativo, não pode ser dito masculino ou feminino, antes de sua determinação em um discurso que o investe de uma ideia de sexo natural, no contexto das relações de poder.

Em Butler, a diferença binária entre os sexos é uma construção, já que sexo não é uma característica ou atributo de alguém. Ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações sociais, que cria correlações necessárias entre sexo, gênero, prazeres e desejo.

E não é apenas a construção da categoria de sexo que é alvo da crítica de Judith Butler. A autora denuncia que a ideia de heterossexualidade como predisposição natural e prática sexual comum a todos os indivíduos é igualmente produzida. Analogamente à divisão binária dos sexos, a heterossexualidade não é uma predisposição sexual pré-discursiva, primária, anterior a seu surgimento enquanto norma na linguagem e na cultura. É antes um regime político, um dispositivo, uma instituição.

Sustentando a tese de Foucault de que a sexualidade é sempre construída nas redes do discurso e do poder, ela propõe entendermos o poder em termos das convenções culturais heterossexuais e fálicas. Isso significa que existe em nossa cultura uma matriz binária heterossexual que estabelece a um só tempo uma hierarquia entre masculino e feminino, e uma heterossexualidade compulsória e naturalizada.



A consequência é a produção de linhas causais de ligação entre o sexo biológico, a identidade de gênero e a expressão de ambos na manifestação do desejo sexual. Assim, o sexo exige um gênero, designação psíquica do eu, e um desejo heterossexual, ou seja, desejo pelo gênero oposto. Daí resulta uma divisão entre identidades de gênero legítimas e ilegítimas, sendo definidas como legítimas as que instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e “fêmea”. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. (BUTLER, 1990/2013, p. 38-39)

Essa heterossexualização do desejo e a divisão entre identidades de gênero que podem existir e as que não podem estão presentes, segundo Butler, nas teorias da antropologia e da psicanálise, por exemplo no conceito de tabu contra o incesto, base da teorização do Complexo de Édipo e da função paterna. Seu argumento é o de que a proibição do incesto, heterossexual em sua definição, produz sexualidade, em vez de reprimir. Ou seja, ao proibir relações sexuais heterossexuais com os pais, ela cria as próprias predisposições heterossexuais do desejo enquanto fatos primários do psiquismo e pelas quais o conflito edípiano se torna possível. Em vez de fundantes, essas pressuposições são efeitos de uma lei que dissimula sua própria genealogia. A crítica de Butler nos conduz à possibilidade de historicizar de outras maneiras, não-universalizantes, o desejo e a proibição.

O tabu contra o incesto produz a distinção entre heterossexualidade (legítima) e homossexualidade (ilegítima) e divide o universo da escolha sexual entre parceiros permitidos e proibidos, sendo, assim, o meio pelo qual a identidade de gênero se constitui. As identidades de gênero ilegítimas são as que não se conformam às normas de inteligibilidade cultural, como a homossexualidade e, mais radicalmente, a transexualidade, que traz consigo uma descontinuidade absoluta entre prazeres sexuais e partes corporais.

A proposta de Butler é que se entendam as identidades de gênero como construções performáticas: o gênero é construído e mantido em sua estrutura binária por meio de uma repetição estilizada de atos ou de performances. Os atributos do gênero não são expressivos, e sim performativos, isto é, não há uma identidade preexistente ao ato que a repete e institui. E repetidos ao longo do tempo, as construções performáticas, que são normas subjetivantes, produzem efeitos



de realidade que acabam sendo percebidos como fatos. Foi desse modo que a repetição da diferença sexual foi transformando a contingência dos sexos em uma divisão sexual cristalizada, rígida, com aparência de classificação natural.

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias ações de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 1990/2013, p. 201)

É pela persistência e proliferação de identidades de gênero tidas como impossibilidades lógicas ou falhas do desenvolvimento que os limites dessa matriz de inteligibilidade são expostos e, assim, criadas oportunidades de disseminação de matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero. A resistência e o deslocamento também se dão no interior da repetição.

2.1 Paródias de gênero

Partindo da premissa foucaultiana de que a sexualidade é construída no interior das relações de poder e de que não é possível haver, portanto, sexualidade anterior, fora ou além da lei, Butler (1990) entende que as possibilidades subversivas do dualismo sexual devem ser repensadas nos próprios termos do poder. A tarefa crítica deve operar no interior da matriz de poder, por meio de uma repetição da lei que não representa sua consolidação, e sim seu deslocamento.

Se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais. (BUTLER, 1990/2013, p. 139)

A subversão de que fala a autora ocorre no campo das identidades de gênero, na forma de “paródias de gênero”. Partindo da ideia de que o gênero é um conjunto de atos ou performances que se repetem e se cristalizam com o tempo em uma estrutura rígida, sua aposta é a de que alguns tipos de repetição, a que chama de parodísticas, são subversivas, disruptivas, perturbadoras. Esses tipos de repetição performática denunciam que também a identidade tida como permanente é uma construção. Desse modo, desestabilizam as categorias naturalizadas de sexualidade, identidade e desejo, e obrigam a repensar a própria noção de diferença sexual, a estabilidade da dicotomia entre feminino e masculino.



A ação subversiva é uma variação da repetição, é uma nova possibilidade de gênero que surge no interior das práticas de significação repetitiva contestando os códigos rígidos dos binarismos hierárquicos, por ser em relação a eles um fracasso necessário, exibição exagerada, configuração incoerente ou possível reconfiguração ou reposicionamento. As consequências dessa ação são o abalo das categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, e a sua ressignificação subjetiva além da estrutura binária.

Butler traz alguns exemplos interessantes de identidades de gênero subversivas ou parodísticas, como a *drag queen* e as *butch/femme*. Trata-se de identidades que se apropriam das categorias sexuais de uma forma nova e, assim, as desestabilizam. A performance de gênero da *drag*⁵, uma teatralização, imitação exacerbada da feminilidade, brinca com a distinção entre a anatomia do performista, sua identidade de gênero e o gênero que está sendo performado. Trata-se, nas palavras da autora, de três dimensões contingentes da corporeidade significativa: o sexo anatômico é distinto do gênero e os dois se distinguem do gênero da performance.

A performance imitativa do gênero feminino realizada pela *drag* não é a cópia de um gênero verdadeiro, original. Ao contrário, ela mostra que as posições tidas como naturais (masculinas ou femininas) são elas também imitações submetidas a repetições e sanções constantes, e que a heterossexualidade é ela própria uma paródia de gênero. O gênero é um tipo de imitação que não se refere a original algum.

Butch e *femme* são identidades sexuais lésbicas que se reapropriam das categorias hegemônicas de mulher e homem, feminino e masculino, hétero e homossexual, as reinventam. *Butch* é o nome que se atribui à lésbica “ativa”, identificada com a masculinidade, enquanto *femme* seria a lésbica “passiva”, mais feminina. Embora haja a ideia de que *butch* e *femme* reproduzem em um contexto gay a interação heterossexual, Butler defende que, ao mesmo tempo em que o cenário heterossexual é evocado, ele é deslocado, ressignificado. Também a feminilidade e a masculinidade da *femme* e da *butch* são ressignificações desses termos referidos à heterossexualidade.

⁵ A expressão *drag* significa *dressed as a girl* (vestido como uma garota). É usada para definir homens que se vestem com roupas e acessórios associados ao sexo feminino, produzindo um visual exageradamente feminino com fins performáticos. O fato de se vestir como mulher não significa que a *drag* se identifique com a identidade de gênero feminina, tampouco determina a sua orientação sexual. Vale lembrar aqui a afirmação de Freud (1920) no texto *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher*, de que há em cada indivíduo três conjuntos diferentes de características, que variam independentemente uma da outra e podem ser encontradas em permutações múltiplas: os caracteres sexuais físicos, os caracteres sexuais mentais (isto é, a posição sexuada, a identidade de gênero) e o tipo de escolha de objeto (a orientação sexual).



A presença dessas normas [heterossexuais] não só constitui um lugar de poder que não pode ser recusado, mas pode constituir, e de fato constitui, um lugar de competição e manifestação parodísticas, o qual rouba à heterossexualidade compulsória sua afirmação de naturalidade e originalidade. (BUTLER, 1990/2013, p. 179-180)

Segundo a autora, o objeto de desejo da *femme*, por exemplo, não é nem um corpo feminino, nem uma identidade masculina descontextualizados, mas a desestabilização transgressora dos dois termos quando eles entram na interação erótica. O desejo se constitui na justaposição dissonante e na tensão sexual gerada por essa desestabilização transgressora. A noção de identidade natural enquanto questão é a própria fonte da significação erótica.

Outro exemplo de paródia de gênero trazido pela autora é o do dono gay de um restaurante que, ao entrar de férias, deixou um bilhete dizendo que “ela” trabalhou demais e precisa descansar. A referência à identidade feminina não significa que a sexualidade do dono do restaurante se derive ou se reduza a esse constructo. O importante, segundo Butler, é entender o efeito destituidor de poder e desnaturalizante de um deslocamento gay dos construtos heterossexuais: “Essa apropriação gay do feminino funciona no sentido de multiplicar os lugares possíveis de aplicação do termo, de revelar a relação arbitrária entre o significante e o significado, e de desestabilizar e mobilizar o signo” (BUTLER, 1990/2013, p. 177).

3. Sociedade lésbica

A teórica feminista Monique Wittig (2001), em *La pensée straight* (O pensamento *straight*), também defende que o binarismo da diferença sexual e a heterossexualidade compulsória devem ser ultrapassados. Como Butler, ela parte da ideia de que a diferença entre os sexos é uma categoria política, construída, que não existe a priori, antes de toda sociedade. Ao dizer que há uma divisão natural dos sexos anterior ou fora da sociedade, o pensamento *straight* funda a sociedade enquanto heterossexual e legitima a opressão e a apropriação das mulheres pelos homens. A heterossexualidade faz da diferença dos sexos uma diferença natural, e não cultural; é um esforço de normalização da sexualidade.

A categoria de sexo é a categoria que estabelece como “natural” a relação que está na base da sociedade (heterossexual) e através da qual metade da população – as mulheres – são “heterossexualizadas” (a fabricação das mulheres é semelhante à fabricação dos eunucos, à criação dos escravos e dos animais) e submetidas a uma economia heterossexual. Pois a categoria de sexo é o produto da sociedade



heterossexual que impõe às mulheres a obrigação absoluta da reprodução da “espécie”, ou seja, da reprodução da sociedade heterossexual. (WITTIG, 2001/2007, p. 39, tradução minha)

A autora inclui a psicanálise no conjunto de disciplinas e teorias que sustentam esse pensamento *straight*, por propor uma interpretação totalizante dos fenômenos subjetivos, leis gerais que valem para todas as sociedades, épocas e indivíduos. A psicanálise seria o discurso oficial sobre a sexualidade que funda o conceito a priori de diferença sexual, conceito que participa historicamente do discurso geral da dominação: “se fala *da* troca das mulheres, *a* diferença dos sexos, *a* ordem simbólica, *o* inconsciente, *o* desejo, *o* gozo, *a* cultura, *a* história, categorias que só têm sentido atualmente na heterossexualidade ou no pensamento da diferença dos sexos como dogma filosófico e político” (WITTIG, 2001/2007, p. 58, tradução minha).

A proposta de Wittig é então a de destruir a categoria de sexo (de homem e de mulher) e pensar além dela, a partir de uma nova gramática. “Mulher” e “Homem”, enquanto classes e categorias de pensamento e de linguagem, devem desaparecer, na opinião da feminista. Isso se daria por meio da constituição de uma sociedade lésbica, entendida por ela como uma sociedade sem sexos, que provaria que sociedades não heterossexuais são concebíveis e que não há norma para a construção de uma sociedade. “A lesbianidade por enquanto nos fornece a única forma social na qual possamos viver livres” (WITTIG, 2001/2007, p. 52, tradução minha).

Wittig, como Butler, vai além de Simone de Beauvoir: não só a pessoa não nasce mulher, e sim se torna mulher, mas não é do sexo feminino, e sim se torna feminina. E ela pode, se quiser, não se tornar nem homem nem mulher. A autora defende que “lésbica” é o único conceito que está além das categorias de sexo (mulher e homem) porque a lésbica não é uma mulher, nem do ponto de vista econômico, nem político ou ideológico, na medida em que se recusa a pertencer ao sistema que a obriga a ser heterossexual e não está em uma relação social de servidão a um homem. A lésbica seria uma fugitiva dos sistemas de pensamento e econômicos heterossexuais, uma escrava em fuga. Sua definição não se fundaria sobre a diferença dos sexos e sim em uma dimensão fora do que é feminino e masculino.

A derrubada do sistema do sexo binário proposta por Wittig é então uma estratégia narrativa de desintegração (BUTLER, 1990): a formulação binária do sexo deve se fragmentar e proliferar até o ponto em que o próprio binário seja revelado como contingente. A consequência será um campo sexual de muitos sexos, de tantos sexos quanto indivíduos. Se o número de sexos correspondesse ao



de indivíduos, o sexo se tornaria uma propriedade radicalmente singular e perderia sua aplicação genérica, sua condição estruturante da diferença sexual e da hierarquia entre os sexos.

Butler (1990), apesar de seus muitos pontos de aproximação com a teoria de Wittig, sobretudo o esforço de desconstrução do binarismo sexual e de gênero, critica sua proposta de transgressão do binarismo por meio da noção de “lésbica” como uma espécie de terceiro gênero, além das categorias de sexo. Para Butler, não há possibilidade de agir subversivamente fora das práticas discursivas, escapar da inserção na cultura e no sistema da heterossexualidade compulsória. Ela não acredita que é possível uma posição além do sexo, como propõe Wittig.

Entendendo sexualidade e poder como coextensivos, Butler afirma que a sexualidade lésbica é tão construída quanto a heterossexual. Ser gay ou lésbica não implica em já se colocar contra ou fora da matriz heterossexual ou em subverter as categorias sexuais. A disjunção radical entre homo e heterossexualidade proposta por Wittig seria falsa e reproduziria o mesmo binarismo que ela critica na mentalidade heterossexual.

4. Sociedade andrógena

Enquanto Butler aposta no potencial subversivo das paródias de gênero e Wittig na sociedade lésbica enquanto fuga de um sistema binário opressor, a feminista Gayle Rubin (1975) defende como ideal uma sociedade andrógena, ou seja, sem gênero.

Segundo Rubin, em *L'économie politique du sexe : transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre*, a contemporaneidade ela própria já seria marcada pela derrocada do gênero, devido ao afrouxamento do caráter compulsório da heterossexualidade e a emergência de novas possibilidades culturais bissexuais e homossexuais de comportamento e de identidade. Sua aposta em uma sociedade sem gênero, andrógena, significa a crença na possibilidade de uma sociedade na qual a anatomia sexual não determinaria o que cada indivíduo é, faz ou com quem se relaciona sexualmente.

Gênero é entendido por Rubin como a transformação cultural de uma polisssexualidade biológica, um polimorfismo ideal e irrestrito, em uma heterossexualidade compulsória, transformação que ocorre pela instituição do tabu do incesto, lei que proíbe algumas possibilidades sexuais (homossexuais) e sanciona outras (heterossexuais).



Aqui podemos notar um ponto de aproximação e concordância entre a teoria da autora feminista e a de Butler, na medida em que as duas denunciam a produção da heterossexualidade compulsória na cultura, entendendo que o tabu do incesto traz como pressuposto um outro, anterior e menos explícito, sobre a homossexualidade. Ou seja, a proibição de certas uniões heterossexuais supõe um tabu sobre uniões não-heterossexuais, sobre outros arranjos sexuais que não os que comportam ao menos um homem e uma mulher. Na opinião das duas teóricas, a heterossexualidade é um processo instituído e o gênero não se refere apenas à identificação com um sexo, mas dita também que o desejo sexual seja orientado em direção ao outro sexo.

Por outro lado, Rubin entende o sexo como anterior e distinto do gênero, e se transformaria em gênero pela instituição da lei de proibição do incesto. Uma sociedade sem gênero implicaria, portanto, em admitir um retorno a essa polissexualidade anterior à lei, um “antes” da lei que ressurgiria “depois” da dispersão dessa lei, o que Butler, amparada em Foucault, não o faz. Ao contrário, em sua perspectiva a lei produz tanto a heterossexualidade sancionada quanto a homossexualidade transgressora. Ambas são efeitos da lei e também a ilusão de uma sexualidade antes da lei é uma criação dessa lei.

Além disso, a tese de Rubin pressupõe a possibilidade de a lei ser de fato subvertida e de a interpretação cultural da diferença sexual ocorrer sem referência ao gênero. Butler aceita que o sistema de heterossexualidade compulsória pode se alterar e tem realmente mudado na contemporaneidade, mas não concorda com Rubin quanto à ideia de que o gênero é meramente função dessa heterossexualidade compulsória e que, sem o status compulsório, o campo dos corpos e da diferença sexual não seria mais marcado em termos de gênero.

“Não se trata aqui de androginia e nem de um hipotético ‘terceiro gênero’, tampouco é questão de uma *transcendência* do binário. Trata-se, ao invés disso, de uma subversão interna, em que o binário tanto é pressuposto como multiplicado, a ponto de não mais fazer sentido” (BUTLER, 1990/2013, p. 183). Daí, como vimos, as identidades gays que Butler considera parodísticas fazem certo uso dos elementos do universo heterossexual para subvertê-lo e ressignificá-lo. Não há escolha entre repetir ou não os atos ou performances de gênero, só se escolhe o modo como se repete. A subversão consiste em uma repetição disruptiva, perturbadora, que desestabilize as categorias naturalizadas.



5. Multidões *queer*

Essas ideias de subversão interna e multiplicação do binário de que fala Butler na última citação também estão presentes, embora sob outros termos, nos textos de Paul B. Preciado, autor também *queer*. Com inspiração em Butler, Preciado (2002, 2011) define o sexo, enquanto órgão e prática, como uma tecnologia de dominação heterossexual, que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica do poder entre os gêneros. Sua ideia, portanto, é a de que os órgãos sexuais como tais não existem, são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve que eles adquirem significação nas relações sexuais e que devem ser utilizados de acordo com sua “natureza”, isto é, em relações heterossexuais.

Mais uma vez, vemos aparecer o tema da produção cultural de uma heterossexualidade compulsória, abordado por Butler e Rubin. Preciado também denuncia que a diferença sexual e a heterossexualidade são tecnologias sociais, sexopolíticas, e não uma origem natural fundadora, revelando, portanto, que é possível inverter e modificar suas práticas de produção da identidade sexual.

Em Preciado, o sistema heterossexual é um aparato social de produção de feminilidade e de masculinidade, e de fragmentação do corpo. Mais do que isso: de produção da própria diferença sexual, ao recortar órgãos e gerar zonas de alta intensidade sensitiva que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual. “A diferença sexual é uma hétero-partição do corpo na qual não é possível a simetria. O processo de criação da diferença sexual é uma operação tecnológica de redução, que consiste em extrair determinadas partes da totalidade do corpo, e isolá-las para fazer delas significantes sexuais” (PRECIADO, 2002, p. 22, tradução minha).

Também os papéis e práticas sexuais que são naturalmente atribuídos aos gêneros feminino e masculino são um conjunto arbitrário de regulações inscritos nos corpos. Inversamente, a exclusão de determinadas relações entre sexos e gêneros, assim como a designação de certas zonas do corpo como não-sexuais, são o resultado de operações que naturalizam as práticas que conhecemos como sexuais.

O sistema de sexo-gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou tachados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve re-inscrever-se ou re-instituir-se através de operações constantes de repetição e de re-citação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais. (PRECIADO, 2002, p. 23, tradução minha)



E como então subverter esse sistema sexual binário que impõe a heterossexualidade e dita quais zonas corporais são legítimas na busca de prazer? Em *Multidões queer: notas para uma política dos anormais*, Preciado (2011) defende a reapropriação pelas minorias sexuais do conjunto de dispositivos de produção da subjetividade sexual, que chama de sexopolíticos. Tomando Foucault como ponto de partida, propõe que compreendamos os corpos e as identidades dos ditos “anormais”, não apenas como efeitos dos discursos sobre o sexo, mas como, e sobretudo, potências políticas.

As multidões *queer* são definidas como compostas por minorias sexuais – feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais – e como tendo por estratégia política a resistência à normalização e à universalização das identidades e dos corpos. Trata-se de uma estratégia ao mesmo tempo hiperidentitária e pós-identitária, segundo a autora. Hiperidentitária porque faz um uso máximo da posição de identidade “desviante”, com conotação pejorativa, como instrumento de resistência ao ponto de vista universal e *straight*. É o caso do termo *gouine*, gíria francesa para lésbica com conotação homofóbica que foi reapropriada e ressignificada pelo movimento feminista e gay francês FHAR (Front homosexuel d’action révolutionnaire). Trata-se, na definição de Preciado, de uma identificação estratégica, onde uma identificação negativa é transformada em uma identificação resistente à norma. Pós-identitária porque denuncia os efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária e acredita que não há uma base natural (“mulher”, “gay”, etc.) que possa legitimar a ação política.

A multidão *queer* não tem relação com um “terceiro sexo” ou com um “além dos gêneros”. Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes”. Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os drag kings, as gouines garous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes-ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas. (PRECIADO, 2011, p. 16)

Como fica claro nessa citação acima, a aposta de Preciado nas multidões *queer* se afasta da proposta de Monique Wittig da lésbica enquanto posição além do sistema binário de sexo e gênero. A multidão *queer* consiste em “recitações subversivas de um código sexual transcendental falso”, como afirma Preciado (2002) em seu *Manifiesto contra-sexual*, ou seja, em um tipo de subversão interna do binarismo sexual que denuncia o seu caráter construído, não natural, como também sustenta Butler.



No *Manifesto contra-sexual*, Preciado (2002) realiza um trabalho de desconstrução contrassexual que rompe com uma série de binômios oposicionais: homem/mulher, homossexualidade/heterossexualidade, masculino/feminino, natureza/tecnologia. Na sua definição, contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, e sim o fim da natureza como ordem que legitima a sujeição de uns corpos a outros. Esse nome vem, segundo elx, indiretamente de Foucault, para quem a forma mais eficaz de resistência à produção da sexualidade não é a luta contra a proibição, na forma de reivindicação da liberação sexual, e sim a contraprodução, isto é, a produção de formas de contradisciplina sexual, de práticas contrassexuais, de formas de prazer alternativas.

Desse modo, o manifesto contrassexual é uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo que propõe substituir o contrato social tido como natural por um contrato contrassexual, em que os corpos não se reconhecem mais, nem a si mesmos nem aos outros, como homens ou mulheres, mas como sujeitos que podem aceder a todas as posições de enunciação, que a história determinou como masculinas ou femininas. Esse contrato contrassexual cria, assim, a sociedade contrassexual, que se dedica à desconstrução da naturalização das práticas sexuais e do sistema de gênero, e que proclama a equivalência (e não a igualdade) de todos os corpos-sujeitos que se comprometem com os termos do contrato.

A contrassexualidade se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/ feminino, heterossexualidade/homossexualidade. Como ela pretende desnaturalizar e desmistificar as noções tradicionais de sexo e de gênero, uma de suas tarefas é estudar instrumentos, aparatos e práticas sexuais que contribuem para a contraprodução de prazer no corpo, corpo tido aqui como espaço político, centro de resistência. No começo do manifesto Preciado diz mesmo que “este é um livro sobre dildos, sobre sexos de plásticos e sobre a plasticidade dos sexos” (PRECIADO, 2002, p. 18, tradução minha).

Preciado, apesar dos muitos pontos de aproximação com Butler, faz no *Manifesto contra-sexual* uma crítica a essa autora: ao focar nas performances e paródias de gênero, Butler teria deixado de lado o corpo e a sexualidade, isto é, as práticas sexuais e as tecnologias que incidem sobre o corpo. A proposta subversiva de Preciado teria a particularidade de se dar no próprio corpo, por meio de práticas contrassexuais que o ressignifiquem e apontem o caráter construído da heterossexualidade e do binarismo entre corpo masculino e corpo feminino. Aqui, o corpo é o espaço de paródia. A subversão da normalização sexual é ao mesmo tempo qualitativa (hétero) e quantitativa (dois) das relações corporais.



Assim, enquanto Butler fala da performance da *drag queen*, que, ao imitar a feminilidade, mostra que a feminilidade e a masculinidade não são dados naturais e oposicionais, Preciado cita as transformações que se dão nos corpos dos transexuais ou a utilização de dildos (pênis de plástico) nas relações sexuais. As cirurgias a que se submetem os transexuais indicam que os dois órgãos que interpretamos como naturais, masculino ou feminino, também sofreram um processo semelhante de transformação plástica.

Vaginoplastia (reconstrução da vagina), faloplastia (construção do pênis), modificações ou aumento do clitóris, mastectomia (retirada dos seios), histerectomia (retirada do útero), aparentemente lugares de renegociação, de resolução de “discordâncias” entre sexo, gênero e orientação sexual, tornam evidente, segundo a autora, a construção tecnológica e teatral da verdade natural dos sexos. “O conjunto destes processos de ‘re-atribuição’ é o segundo recorte, a segunda fragmentação do corpo. Esta não é mais violenta que a primeira, é simplesmente mais *gore* [sangrenta], e sobretudo mais cara” (PRECIADO, 2002, p. 104, tradução minha). Assim, somos todos “pos-op⁶”, ou seja, já fomos operados por tecnologias sociais, não havendo corpos livres para a transexualização.

Já a utilização do dildo revela que o pênis não está na origem da diferença sexual, não é o órgão que institui o corpo como naturalmente masculino, e desconstrói a heterossexualidade como natureza. Ela mostra que tanto a masculinidade como a feminilidade foram submetidos às tecnologias sociais e políticas de construção e de controle. “O dildo é a verdade da heterossexualidade como paródia. A lógica do dildo prova que os próprios termos do sistema heterossexual masculino/feminino, ativo/passivo, são elementos entre outros muitos em um sistema de significação arbitrário” (PRECIADO, 2002, p. 68, tradução minha).

Assim, a resistência contrassexual consiste em difundir, pôr em circulação práticas sexuais subversivas de ressignificação e desconstrução dos códigos binários e das categorias naturalizadas do sistema heterocentrado. Além do uso de dildos, Preciado cita a sexualidade anal como outra prática contrassexual com grande potencial subversivo, porque o ânus é uma parte do corpo designada como não-sexual, excluída das práticas reprodutivas, e, além disso, vai além dos limites anatômicos impostos pela diferença sexual (todos têm anus) e pelo pensamento binário genital (pênis/vagina).

⁶ Pos-op é abreviação de pós-operatório, termo do vocabulário médico que designa o status do transexual que já passou por uma cirurgia de mudança de sexo.



6. Conclusão

Muito tem sido conquistado nas últimas décadas na luta contra o patriarcado e a dominação masculina, rumo a uma sociedade mais respeitosa e acolhedora das diferenças. Nossa cultura contemporânea exige, portanto, a desconstrução de paradigmas ultrapassados e a construção de novas narrativas sobre as sexualidades, que acolham o que surge de novo e proponham revisões dos binarismos para dar conta da complexidade e diversidade das formas de subjetivação atuais.

Apesar de as autoras reunidas neste artigo desenvolverem argumentos e propostas subversivas próprias – performances parodísticas, sociedade lésbica, sociedade andrógena, multidões *queer* –, e, como fica claro ao longo do texto, não necessariamente concordarem umas com as outras em todos os aspectos, um critério permite reuni-las em um mesmo percurso: o empenho em desconstruir o modelo, opressor e ultrapassado, do binarismo sexual e de gênero. Modelo que, apesar de histórico, é sustentado por muitos teóricos como ahistórico, universal.

Butler, Wittig, Rubin e Preciado, cada uma a seu modo, produzem o que Foucault (1979) chama em *Microfísica do poder* de “uma nova política de verdade”, isto é, novos saberes que se opõem e lutam contra a coerção de um discurso teórico unitário. Mais concretamente, ao questionarem as prerrogativas e os fundamentos do sistema sexual binário e hierárquico, tido como natural e imutável, e, sobretudo, proporem estratégias para subverter esse sistema, elas denunciam o seu caráter construído e abrem espaço para a criação de novos possíveis do sexo, das práticas sexuais, dos modos de vida e de relação. Abrem espaço, assim, para a alteridade e o erotismo.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade* (1990). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber* (1969). 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *Microfísica do poder* (1979). 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- _____. The Subject and Power. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: University Of Chicago Press, 1983, p. 208-226.
- FREUD, Sigmund. A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher (1920b). In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 159-183.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contra-sexual*. Madrid: Opera Prima, 2002.



_____. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 11-20, 2011.

RUBIN, Gayle. L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre (1975). *Cahiers du Cedref*, Paris, n. 7, 1998.

WITTIG, Monique. *La pensée straight* (2001). Paris: Éditions Amsterdam, 2007.

